

PROGRAMA

DO

8º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Módulo Nacional

(28 de setembro a 23 de outubro de 2009)

Diretor: Ministro ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

Vice-Diretor: Ministro JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

QUADRO GERAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO _____	04 h/a
CERIMÔNIA DE ABERTURA E AULA INAUGURAL _____	02 h/a
01. BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS _____	73 h/a
01.01. DEONTOLOGIA PROFISSIONAL APLICADA _____	10 h/a
01.02. TÉCNICA DE DECISÃO JUDICIAL _____	04 h/a
01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO _____	06 h/a
01.04. LINGUAGEM JURÍDICA _____	08 h/a
01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA _____	02 h/a
01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO _____	10 h/a
01.07. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA APLICADA _____	07 h/a
01.08. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA _____	06 h/a
01.09. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO _____	20 h/a
02. BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES _____	38 h/a
02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO TRABALHISTA _____	04 h/a
02.02. TÉCNICA DE EXECUÇÃO TRABALHISTA _____	03 h/a
02.03. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA _____	08 h/a
02.04. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS _____	04 h/a
02.05. MORFOLOGIA DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO _____	03 h/a
02.06. LABORATÓRIO JUDICIAL _____	16 h/a
03. BLOCO DE ESTÁGIOS E DE ESTUDO _____	24 h/a
03.01. ATIVIDADES DE ESTÁGIO _____	14 h/a
03.02. ATIVIDADES DE ESTUDO _____	10 h/a
CERIMÔNIA DE FORMATURA _____	02 h/a

Carga horária total: 143 h/a

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO

Carga Horária: 4 h/a

Temas:

- Apresentação da Escola;
- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional;
- Orientações sobre frequência e aproveitamento;
- Distribuição de material didático;
- Visita às instalações;
- Orientações sobre hospedagem;
- Orientações sobre transporte;
- Orientações sobre refeições; e
- Informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica.

Instrutores:

Direção da ENAMAT

Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

CERIMÔNIA DE ABERTURA E AULA INAUGURAL

Carga Horária: 2 h/a

Abertura Oficial do 8º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional

Aula Inaugural:

"A Repercussão dos Direitos e Deveres Fundamentais nas Decisões Judiciais".

Professor: Magistrado Espanhol D. Andrés Gutiérrez Gil – Letrado del Tribunal Constitucional

Coordenação:

Direção e Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID

01. BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS

01.01. DEONTOLOGIA PROFISSIONAL APLICADA_____	10 h/a
01.02. TÉCNICA DE DECISÃO JUDICIAL_____	04 h/a
01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO_____	06 h/a
01.04. LINGUAGEM JURÍDICA_____	08 h/a
01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA_____	02 h/a
01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO_____	10 h/a
01.07. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA APLICADA_____	07 h/a
01.08. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA_____	06 h/a
01.09. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO_____	20 h/a

TOTAL: 73 h/a

01.01. DEONTOLOGIA PROFISSIONAL APLICADA¹

Carga Horária: 10 h/a

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos gerais da ética no exercício da atividade da Magistratura, seus limites e implicações práticas na interação com outros atores jurídicos.

Objetivos Específicos:

- (a) delinear os elementos essenciais do código ético do Magistrado no sistema jurídico nacional e seus fundamentos;
- (b) desenvolver os aspectos gerais da relação institucional entre os Juízes do Trabalho e a atividade correcional no âmbito regional e nacional;
- (c) analisar a ética profissional aplicada na interação com outros atores jurídicos na perspectiva da efetivação da Justiça Social;
- (d) reconhecer o conteúdo, a legitimação e a extensão do poder dos Juízes na atualidade.

Conteúdo:

- 1 – Código Ético do Magistrado
- 2 – O Juiz e a função corregedora
- 3 – Ética aplicada nas relações com outros Operadores (ANAMATRA, MPT e OAB)
- 4 – Ética e poder judicial na sociedade contemporânea

Estrutura:

Carga horária 4h/a – Ponto 1

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – TST

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 2h/a – Ponto 2

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 2h/a – Ponto 3

Mesa-redonda: A relação profissional entre os operadores jurídicos na Justiça do Trabalho

Coordenador: Ministro José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes – TST

Participantes:

- Juiz do Trabalho Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira- Representante da ANAMATRA
- Subprocurador-Geral do Trabalho Edson Braz da Silva – MPT
- Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão – Presidente da OAB

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (15 min para cada participante) e debates

Carga horária 2h/a – Ponto 4

Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

¹ Denominação readequada da Disciplina “Deontologia Jurídica”, definida no art. 4º, inciso I, da RA n. 1140/06.

Bibliografia Referencial:

- COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. São Paulo: Forense, 2001.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual esquemático de filosofia**. São Paulo: LTr, 2006.
- MESSNER, Johannes. **Ética social**. São Paulo: Quadrante, 2000.
- VAZ, Henrique C. de Lima. Ética, direito e justiça. In: MERLE, Jean-Christophe; MOREIRA, Luiz (orgs.). **Direito e legitimidade**. São Paulo: Landy, 2003.

01.02. TÉCNICA DE DECISÃO JUDICIAL ²

Carga Horária: 4 h/a

Objetivo Geral:

Analisar aspectos práticos da aplicação das categorias da lógica jurídica no discurso e na atuação do Juiz no exercício da profissão.

Objetivos Específicos:

- (a) estudar questões gerais da aplicação da lógica jurídica na estruturação da decisão;
- (b) analisar os aspectos gerais da lógica aplicada na sentença trabalhista.

Conteúdo:

- 1 – Estruturação lógica da decisão judicial
- 2 – Aspectos gerais da lógica aplicada na sentença trabalhista

Estrutura:

Carga horária 2h/a – Ponto 1

Ministro Milton de Moura França – Presidente do TST

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 2h/a – Ponto 2

Juiz do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira – 17^a VT de Brasília/DF

Metodologia: aula expositiva, dinâmicas de grupo e estudo de caso

Bibliografia Referencial:

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. São Paulo: Landy, 2005.

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. São Paulo: Landy, 2006.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

_____. **Interpretação constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série IDP)

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GUNTHER, Klaus. **Teoria da argumentação do direito e da moral: justificação e aplicação**. São Paulo: Landy, 2004.

HABERLE, Peter. **A sociedade aberta dos intérpretes da constituição**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

_____. **El estado constitucional**. México: UNAM, 2001.

MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MEDEIROS, Rui. **A decisão de inconstitucionalidade**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. **A argumentação nas decisões judiciais**. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

² Denominação readequada da Disciplina “Lógica Jurídica”, definida no art. 4º, inciso II, da RA n. 1140/06.

- NINO, Carlos Santiago. **Consideraciones sobre la dogmática jurídica**. México: UNAM, 1974.
- PERELMAN, Chaim. **Lógica jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RODRIGUEZ, Victor Gabriel. **Argumentação jurídica: técnicas de persuasão e lógica informal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SANTIAGO, José María Rodríguez de. **La ponderación de bienes e intereses en el derecho administrativo**. Madrid: Marcial Pons, 2000.
- TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO

Carga Horária: 6 h/a

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos fundamentais da inserção orgânica, institucional e sistêmica do Juiz do Trabalho no Poder Judiciário para o exercício da profissão.

Objetivos Específicos:

(a) estudar a organicidade do sistema judiciário na composição e atribuições gerais do CNJ e do CSJT;

(b) compreender os aspectos gerais da institucionalidade da Justiça Trabalhista, com seus desafios para a efetividade no contexto sociopolítico-jurídico atual;

(c) identificar os aspectos sistêmicos da profissão do Juiz e suas implicações na inserção administrativo-funcional, no tocante a subsídios, garantias, benefícios e ascensão na carreira.

Conteúdo:

1 – Visão orgânica do Poder Judiciário Nacional: papel do CNJ e do CSJT (atribuições gerais; natureza e espécie de procedimentos)

2 – Visão institucional da Justiça Laboral: o Judiciário e a Sociedade (a avaliação do Judiciário pela sociedade; a responsabilidade social do Juiz na sua inserção na comunidade)

3 – Visão sistêmica da profissão do Juiz: inserção administrativo-funcional do Juiz-Substituto (mobilidade horizontal e vertical; vantagens funcionais e remuneratórias; lotação de Juizes-Substitutos; estrutura de apoio ao trabalho do Juiz-Substituto)

Estrutura:

Carga horária 2h/a – Ponto 1

Mesa-redonda: O papel do CNJ e do CSJT no Poder Judiciário

Coordenador: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – TST

Participantes:

Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira – VT de Guaraí/TO e Secretário-Geral do CNJ

Dr. Adlei Cristian Carvalho Pereira – Secretário-Executivo do CSJT

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (20 min para cada participante) e debates

Carga horária 2h/a – Ponto 2

Juiz do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann – 27^a VT de Porto Alegre/RS

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 2h/a – Ponto 3

Mesa-redonda: O Juiz-Substituto e a integração administrativo-funcional

Coordenador: Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus – TST

Participantes:

Juíza do Trabalho Substituta – Regina Coelli Batista de Moura Carvalho – TRT da 22^a Região

Juíza do Trabalho Substituta Janice Schneider Mesquita – TRT da 23^a Região

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (20 min para cada participante) e debates

Bibliografia Referencial:

ALMEIDA, José Maurício Pinto de. **O poder judiciário brasileiro e sua organização**. Curitiba: Juruá, 1992.

AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Justiça Federal: histórico e evolução no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2003.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **O sistema legal e judiciário brasileiro**. São Paulo: Ltr, 2000.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **O sistema judiciário brasileiro e a reforma do Estado**. São Paulo: Editora Celso Bastos, 1999.

SADEK, Maria Teresa. **A organização do poder judiciário no Brasil: uma introdução ao estudo da justiça**. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1995.

01.04. LINGUAGEM JURÍDICA

Carga Horária: 8 h/a

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho vitaliciando os elementos gerais da utilização da linguagem jurídica no seu contexto profissional do ponto de vista da redação de atos e dos aspectos problemáticos pontuais destacados na sua prática.

Objetivos Específicos:

- (a) estudar aspectos pontuais da terminologia e da etimologia na linguagem jurídica;
- (b) analisar questões tópicas da ortografia, pontuação e utilização de verbos;
- (c) analisar questões tópicas próprias da morfossintaxe e do estilo da redação jurídica;
- (d) identificar a existência de argumentos na língua e suas inferências;
- (e) compreender a diversidade de níveis de leitura e seu papel no emprego da linguagem jurídica;
- (f) identificar a articulação do discurso jurídico e sua polifonia;
- (g) adquirir conhecimentos básicos sobre os recursos estilísticos e a composição coerente e coesa do discurso jurídico.

Conteúdo:

- 1 – Aspectos da terminologia e da etimologia de vocábulos e expressões jurídicas
- 2 – Questões de ortografia, pontuação e emprego de verbos na linguagem jurídica
- 3 – Questões de morfossintaxe e estilística na redação jurídica
- 4 – Argumento e competência da língua
- 5 – Níveis de leitura
- 6 – Discurso jurídico e polifonia
- 7 – Recursos estilísticos, coerência e coesão do discurso jurídico

Estrutura:

Carga horária 4h/a – Pontos 1 a 3

Professor Adalberto José Kaspary

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 4h/a – Pontos 4 a 7

Professor Doutor Leonardo J. Teixeira – FGV

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Bibliografia Referencial:

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Foster Júnior. 2. ed., rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Senado Federal. Consultoria Legislativa. **Manual de elaboração de textos** / Apresentação de Dirceu Teixeira de Matos. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 1999.

KASPARY, Adalberto J. **Habeas verba: português para juristas**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **O verbo na linguagem jurídica: acepções e regimes.** 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. **Português para profissionais atuais e futuros.** 23. ed. Porto Alegre: EDITA, 2006.

01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

Carga Horária: 2 h/a

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos básicos da administração judiciária pelo Juiz no âmbito da Vara do Trabalho em termos gerais, na interação entre primeiro e segundo graus, e na gestão processual, de materiais e de pessoas.

Objetivos Específicos:

- (a) identificar as técnicas aplicáveis à administração no âmbito do primeiro e segundo graus;
- (b) analisar aspectos gerais da gestão de processos no primeiro grau;
- (c) analisar os aspectos práticos da gestão de pessoas e de recursos materiais no primeiro grau.

Conteúdo:

- 1 – Técnicas aplicadas à administração judiciária em Varas e Tribunais
- 2 – Gestão processual em Varas do Trabalho
- 3 – Gestão de pessoas e de recursos materiais em Varas do Trabalho

Estrutura:

Carga horária 2h/a – Pontos 1 a 3

Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Bibliografia Referencial:

- ARAÚJO, L. C. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **A reforma do judiciário: aspectos relevantes**. Revista da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, ano II, n. 3, p. 89-99, abr. 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. **Introdução à teoria geral de administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- DRUCKER, P. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.
- FARIA, José Eduardo. **O sistema brasileiro de justiça: experiência recente e futuros desafios**. São Paulo: USP, 2004.
- KWASNICKA, E. L. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, P. R. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2005.
- WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO

Carga Horária: 10 h/a

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos contextuais teóricos e práticos básicos da conciliação judicial trabalhista de conflitos.

Objetivos Específicos:

- (a) identificar o papel do Judiciário Trabalhista na pacificação social na nova matriz constitucional;
- (b) analisar os métodos de resolução de disputas;
- (c) investigar o papel da jurisdição na pacificação social;
- (d) estudar a importância da conciliação no Processo do Trabalho, a postura pró-ativa e a prevalência do juízo conciliatório;
- (e) investigar as lides e principais dimensões da conciliação judicial trabalhista (jurídica, socioeconômica e psicológica);
- (f) analisar os limites e as questões éticas intervenientes na conciliação judicial trabalhista;
- (g) estudar as técnicas aplicáveis à jurisdição laboral;
- (h) exercitar a estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação;
- (i) exercitar e debater a seleção e aplicação das técnicas conciliatórias, as dificuldades reais na conciliação e os fatores adequados ao meio ambiente da conciliação judicial trabalhista.

Conteúdo:

- 1 – Monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação
- 2 – Métodos de resolução de disputas
- 3 – Jurisdição como poder-dever de pacificação social
- 4 – Importância e papel da conciliação no Processo do Trabalho
- 5 – Dimensões da conciliação judicial trabalhista: jurídica, socioeconômica e psicológica
- 6 – Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista
- 7 – Técnicas aplicadas à conciliação judicial trabalhista
- 8 – Estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação
- 9 – Oficina de conciliação judicial trabalhista

Estrutura:

Carga horária 4h/a – Pontos 1 a 7 – Auditório da Enamat

Juíza do Trabalho Adriana Goulart de Sena – 35ª VT de Belo Horizonte/MG

Metodologia: aulas expositivas e dinâmica de grupo

Carga horária 6h/a – Pontos 8 e 9 – OFICINA (Sala de Sessões do Tribunal Pleno)

Juíza do Trabalho Adriana Goulart de Sena – 35ª VT de Belo Horizonte/MG

Juiz do Trabalho Giovanni Olsson – VT de Xanxerê/SC e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Metodologia: simulação, dinâmicas de grupo e estudo de caso (vídeos)

(requer estrutura para simulação de audiência)

Bibliografia Referencial:

Apostila de apoio da disciplina.

AZEVEDO, André Gomma de (org.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Vols. 1, 2 e 3. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2002, 2003 e 2004.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. **Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial**. Repertório Trabalhista da 3ª Região, RTM, Julho de 1997, Ano 5, n. 7, Belo Horizonte – MG, pág. 13/24.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro**. Revista Ltr, São Paulo, v.66, n. 6, pág. 663/670.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

FISHER, Roger; URY, William. **Como chegar ao sim**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GIGLIO, Wagner D. **A conciliação nos dissídios individuais do trabalho**. Curitiba: Síntese, 1997.

MOORE, Christopher. **O processo de mediação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NALINI, José Renato. **O juiz e o acesso à justiça**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

NASSIF, Elaine Noronha. **Conciliação judicial e indisponibilidade de direitos**. São Paulo: LTr, 2005.

PIMENTA, José Roberto Freire. **A conciliação judicial na justiça do trabalho após a emenda constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho**. Revista LTr, São Paulo, Ano 6, fevereiro de 2001, pág. 151/162.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio. (Coords.). **Comissões de conciliação prévia: quando o direito enfrenta a realidade**. São Paulo: LTr, 2003. (Análises críticas em memória de Alaor Satuf Rezende).

ROCHA, Osiris. **O acordo e a fraude no direito brasileiro do trabalho**. São Paulo: LTr, Ano 34, janeiro/fevereiro de 1970, pág. 309/338.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e prática da mediação de conflitos**. São Paulo: Editora Lumen Júris, 1999.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça**. São Paulo: LTr, 1998.

TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

01.07. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA APLICADA ³

Carga Horária: 7 h/a

Objetivo Geral:

Apresentar ao Juiz do Trabalho recém-empossado os elementos gerais dos aspectos psicológicos envolvidos no exercício da profissão.

Objetivos Específicos:

- (a) identificar os componentes principais da dimensão psicológica envolvida no exercício da profissão no tocante às expectativas individuais;
- (b) identificar os componentes principais da dimensão psicológica envolvida no exercício da profissão no tocante às expectativas sociais na sociedade contemporânea;
- (c) identificar os elementos essenciais da relação do Magistrado com a subjetividade, na dimensão da emoção e da razão;
- (d) analisar os aspectos gerais da aplicação das ferramentas da Psicanálise no exercício da Magistratura no contexto da judicialização dos sintomas contemporâneos nas demandas trabalhistas.

Conteúdo:

- 1 – A identidade do magistrado e as expectativas individuais
- 2 – A sociedade contemporânea e suas expectativas sociais
- 3 – O Magistrado e a subjetividade: emoção e razão
- 4 – Psicanálise e Direito: a judicialização dos sintomas atuais nas demandas trabalhistas

Estrutura:

Carga horária 4h/a – Pontos 1 e 2

Ministro Gelson de Azevedo – TST (aposentado)

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 3h/a – Pontos 3 e 4

Mesa-redonda: O Magistrado, a subjetividade e os componentes psicológicos do conflito

Coordenador: Ministro João Batista Brito Pereira – TST e Vice-Diretor da ENAMAT

Participantes:

Dra. Regina Márcia Manicardi Vaz (Psicóloga)

Doutora Juliana Barros de Oliveira (Psicóloga) – Representante do Núcleo Psicopedagógico de Capacitação da Emtra XV e Servidora do TRT da 15ª Região

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (30 min para cada participante) e debates

Bibliografia Referencial:

ARSÊNIO, Julieta. **A mediação como facilitador dos processos judiciais**. Revista Psique Ciência e Vida (edição especial), São Paulo, n. 05, ano I, 2007.

³ Conteúdo desdobrado e readequado da Disciplina “Psicologia e Comunicação”, definida no art. 4º, inciso VII, da RA n. 1140/06.

- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREUD, S. **Mal-estar na civilização**. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, vol. XXI.
- FREUD, S. **O ego e o id**. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, vol. XIX.
- JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinariedade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MAUS, Ingeborg. **Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”**. Trad. por Martonio Lima e Paulo Albuquerque. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, v. 58, 2000.
- MEZAN, Renato. **Figuras da teoria psicanalista**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MEZAN, Renato. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- MILLER, Jacques Alain. **Peças avulsas: opção lacaniana**. São Paulo. Eólia, n. 44, 2005 (Lição de 24.11.2004).
- PORTELLA, Mônica. **Como identificar a mentira: sinais não-verbais da dissimulação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- PRADO, Lúcia de Almeida Reis do. **O juiz e a emoção: aspectos da lógica judicial**. 3. ed. Campinas: Millennium, 2005.
- ROSENFELD, Anatol. **O pensamento psicológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SALGADO, Joaquim Carlos. **O Estado ético e o Estado poético**. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, abr./jun. 1998.
- SOUZA, Aurélio. **Os discursos da psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- ZIMERMANN, David; COLTRO, Antônio C. M. (Orgs.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. 2. ed. Campinas, SP: Millenium Editora, 2007.

01.08. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA ⁴

Carga Horária: 6 h/a

Objetivo Geral:

Apresentar ao Juiz do Trabalho recém-empossado os elementos gerais que são pertinentes ao relacionamento com a sociedade e os meios de comunicação social.

Objetivos Específicos:

- (a) desenvolver habilidades básicas para o relacionamento com os meios de comunicação social;
- (b) analisar os aspectos gerais do relacionamento do Juiz com os atores sociais.

Conteúdo:

- 1 – Relacionamento do magistrado com os meios de comunicação social
- 2 – O Magistrado e a sociedade: o papel do juiz-cidadão e do cidadão-juiz

Estrutura:

Carga horária 3h/a – Ponto 1

Mesa-redonda: O Magistrado e os meios de comunicação social

Coordenador: Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira – TST

Participantes:

Renato Parente – Secretário de Comunicação Social do STF

Madeleine Rose Déa Maria de Freitas Lacsco – Jornalista - Coordenadora da Rádio Justiça do STF

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (30 min para cada participante) e debates

Carga horária 3h/a – Ponto 2

Mesa-redonda: O Magistrado e os atores sociais: o juiz-cidadão e o cidadão-juiz

Coordenador: Desembargador Douglas Alencar Rodrigues – TRT da 10ª Região

Participantes:

Juiz do Trabalho Gustavo Fontoura Vieira – 1ª VT de Santa Maria/RS

Desembargador Márcio Túlio Viana – TRT da 3ª Região - aposentado

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (30 min para cada participante) e debates

Bibliografia Referencial:

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAIA, João; COGO, Denise (Orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

⁴ Conteúdo desdobrado e readequado da Disciplina “Psicologia e Comunicação”, definida no art. 4º, inciso VII, da RA n. 1140/06.

01.09. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO

Carga Horária: 20 h/a

Objetivo Geral:

Analisar aspectos relevantes dos temas contemporâneos de direito selecionados no âmbito da competência material trabalhista e suas repercussões.

Objetivos Específicos:

Estudar os elementos básicos da problemática central de cada um dos diversos tópicos selecionados na perspectiva da efetividade do exercício da jurisdição trabalhista.

TEMAS:

TEMA I – QUESTÕES CONTROVERTIDAS NO DIREITO E NO PROCESSO DO TRABALHO

Carga Horária: 3 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professora:

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

TEMA II – APLICAÇÃO DE NORMAS DA OIT NO DIREITO BRASILEIRO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

TEMA III – DESAFIOS DO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESCRAVO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Subprocurador-Geral do Trabalho Luis Antonio Camargo de Melo – MPT

TEMA IV – OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E A ATUAÇÃO DO JUIZ DO TRABALHO

Carga horária: 2 h/a (20 min para cada participante)

Metodologia: mesa-redonda e debates

Coordenador: Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos - TST

Participantes:

Juiz do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano – 1ª VT de Taubaté/SP

Procurador Regional da República Hugo Gueiros Bernardes Filho - MPF

TEMA V – A CONSOLIDAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA MAGISTRATURA

Carga Horária: 2 h/a (15 min para cada participante)

Metodologia: relatos de experiências profissionais em mesa-redonda e debates

Coordenador: Ministro Renato de Lacerda Paiva – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Participantes:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST

Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires – TST

Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro – TST

TEMA VI – A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TST: QUESTIONAMENTOS

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: estudo dirigido (sobre súmulas e orientações jurisprudenciais)

Professor:

Ministro Decano Vantuil Abdala – TST

TEMA VII – O DIREITO DO TRABALHO E A CRISE ECONÔMICA ATUAL

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aula expositiva e dinâmica de grupo

Professor:

Ministro Mauricio Godinho Delgado – TST

TEMA VIII – A EFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL NO BRASIL

Carga Horária: 3 h/a (20 min para cada participante)

Metodologia: mesa-redonda e debates

Coordenadora: Desembargadora Maria Doralice Novaes – TRT da 2ª Região

Participantes:

Professora Dra. Ana Paula Tauceda Branco (FDV) – (Des)Incentivos para cumprimento da legislação

Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho (UFPR) – Os direitos sociais como regra do jogo

Dra. Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela – Secretária Nacional de Inspeção do Trabalho (SIT - MTE) – A atuação da fiscalização do trabalho

TEMA IX – O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NA MAGISTRATURA

Carga Horária: 2 h/a (25 min para cada participante)

Metodologia: mesa-redonda e debates

Coordenador: Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST

Participantes:

Juiz do Trabalho Luciano Athayde Chaves - Presidente da ANAMATRA

Juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior - Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão – Representante da AMB

Bibliografia Referencial Geral:

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

IGLESIAS, Francisco. **Trajatória política do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

OIT. Normas internacionais do trabalho (convenções internacionais).

OST, François. **O tempo no direito**. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Odile Jacob, 1999.

PINSKY, Jaime (Org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

02. BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO TRABALHISTA _____ 04 h/a

02.02. TÉCNICA DE EXECUÇÃO TRABALHISTA _____ 03 h/a

02.03. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA _____ 08 h/a

02.04. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO
EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS _____ 04 h/a

02.05. MORFOLOGIA DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO _____ 03 h/a

02.06. LABORATÓRIO JUDICIAL _____ 16 h/a

TOTAL: 38 h/a

02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 04 h/a

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos práticos básicos da instrução do processo judicial trabalhista.

Objetivos Específicos:

- (a) analisar questões práticas contemporâneas em destaque sobre a distribuição do encargo probatório no Processo do Trabalho e a produção da prova;
- (b) estudar o exercício dos poderes de instrução e de direção processual do Juiz;
- (c) analisar os aspectos psicológicos dos depoimentos e a valoração da prova oral.

Conteúdo:

- 1 – A importância da prova no Processo do Trabalho
- 2 – Poderes instrutórios e de direção processual do Juiz do Trabalho em Varas do Trabalho
- 3 - A psicologia do testemunho e o valor dos depoimentos orais

Estrutura:

Carga horária 2h/a – Pontos 1 e 2

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Carga horária 2h/a – Ponto 3

Desembargador Márcio Túlio Viana – TRT da 3ª Região (aposentado)

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Bibliografia Referencial:

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GUÉRIN, F. *et alii*. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça e procedimento oral**. São Paulo: LTr, 1998.

OLIVEIRA, Eudes. **A técnica do interrogatório**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

PAULA, Carlos Alberto Reis de. **A especificidade do ônus da prova no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

02.02. TÉCNICA DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 3 h/a

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos práticos básicos para a condução da execução trabalhista na perspectiva de sua efetividade.

Objetivos Específicos:

- (a) analisar questões relevantes para a efetividade da execução no Processo do Trabalho;
- (b) exercitar as questões práticas da tramitação de execuções trabalhistas em Vara do Trabalho com vista à sua otimização.

Conteúdo:

- 1 – A efetividade da execução no Processo do Trabalho
- 2 – Procedimentos de otimização da execução em Varas do Trabalho

Estrutura:

Carga horária 3 h/a – Pontos 1 e 2

Mesa-redonda: A efetividade da execução e suas boas-práticas

Coordenadora: Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST

Participantes:

Juiz do Trabalho Antônio Umberto de Souza Júnior – 6ª VT de Brasília/DF

Juiz do Trabalho Substituto Rogério Neiva Pinheiro – TRT da 10ª Região

Juíza do Trabalho Laura Bittencourt Hinz – 2ª VT de São Carlos/SP

Metodologia: mesa-redonda e debates (20 min para cada participante)

Bibliografia Referencial:

ABDALA, Vantuil. **O processo de execução trabalhista**. Consulex: revista jurídica, v. 8, n. 168, p. 8-9, jan. 2004.

AMARAL, Maria Alice Batista Gurgel do. **A efetivação do direito na execução trabalhista**. Campinas: ME, 2004.

ARANTES, Delaíde Alves Miranda; DUARTE, Radson Rangel Ferreira. **Execução trabalhista célere e efetiva: um sonho possível**. São Paulo: LTr, 2002.

AYOUB, Luiz Roberto. **Desafios da efetividade da execução trabalhista diante do concurso universal e da continuidade do negócio**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 73, n. 4, p. 117-120, out./dez. 2007.

BORGES, Leonardo Dias. **Execução trabalhista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003. 235 p.

CASTELO, Jorge Pinheiro. **A execução trabalhista depois da reforma processual civil**. Revista do advogado, v. 28, n. 97, p. 89-106, mai. 2008.

CHAVES, Luciano Athayde. **A recente reforma no processo comum: reflexos no direito judiciário do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2006.

CORDEIRO, Wolney de Macedo. **Manual de execução trabalhista: aplicação ao processo do trabalho das Leis n. 11.232/2005 (cumprimento da sentença) e 11.382/2006 (execução de títulos extrajudiciais)**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CORTEZ, Julpiano Chaves. **Liquidação Trabalhista: cálculos**. São Paulo: LTr, 2002.

- MEIRELES, Edilton. **Inovações da execução trabalhista e previdenciária**. São Paulo: LTr, 2000.
- MENEZES, Cláudio Armando Couce de. **Teoria geral do processo e a execução trabalhista**. São Paulo: LTr, 2003.
- PINTO, José Augusto Rodrigues. **Execução trabalhista: estática, dinâmica, prática**. São Paulo: LTr, 2006.
- SANTOS, José Aparecido dos. **Curso cálculos de liquidação trabalhista: dos conceitos à elaboração das contas**. Curitiba: Juruá, 2008.
- SANTOS, José Aparecido dos (Coord.). **Execução trabalhista: homenagem aos 30 anos da Amatra IX**. São Paulo: LTr, 2008.
- SERAFIM JUNIOR, Arnor. **A prescrição na execução trabalhista**. São Paulo: LTr, 2006. 167p.
- SILVA, Antonio José Loureiro. **A execução trabalhista e a efetividade da tutela jurisdicional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- SOUZA, Marcelo Papaléo de. **Efeitos da falência na execução trabalhista**. São Paulo: LTR, 2004.
- _____. **Manual da execução trabalhista: arrematação, adjudicação e remição**. São Paulo: LTR, 2005.

02.03. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA

Carga Horária: 8 h/a

Objetivo Geral:

Analisar aspectos práticos relevantes da aplicação de tecnologias no exercício da Magistratura do Trabalho.

Objetivos Específicos:

- (a) conhecer o contexto atual da utilização de tecnologia na jurisdição e os projetos de virtualização processual com suas implicações para as Varas do Trabalho;
- (b) conhecer os aspectos gerais dos principais convênios interinstitucionais como ferramentas de efetividade da jurisdição: BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD;
- (c) estudar as ferramentas de informática de maior importância para uso pessoal do Juiz;
- (d) identificar as tecnologias utilizadas nas sessões de julgamento dos órgãos do Tribunal Superior do Trabalho – TST (preparação para estágios).

Conteúdo:

- 1 – A informatização na Justiça do Trabalho: a virtualização do processo
- 2 – Convênios interinstitucionais e efetividade da jurisdição
- 3 – Ferramentas de informática para uso pessoal do Juiz
- 4 – Sistema de julgamento das sessões do TST

Estrutura:

Carga horária 2h/a – Ponto 1

Comissão de Avaliação dos Projetos de Informática da Justiça do Trabalho – CAPI/CSJT

Metodologia: aula expositiva e dinâmica de grupo

Carga horária 2h/a – Ponto 2

Mesa-redonda: Os convênios interinstitucionais e a efetividade da jurisdição

Coordenador: Ministro Fernando Eizo Ono – TST

Participantes:

Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira – VT de Guarái/TO e Secretário-Geral do CNJ

Juiz do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho – 4ª VT de Brasília/DF

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (20 min para cada participante) e debates

Carga horária 3h/a – Ponto 3

Juiz do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho – 4ª VT de Brasília/DF

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos práticos

Carga horária 1h/a – Ponto 4

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen – TST e Diretor da ENAMAT

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos práticos

02.04. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Carga Horária: 4 h/a

Objetivo Geral:

Analisar os elementos gerais da hermenêutica constitucional no âmbito do exercício da jurisdição de direitos fundamentais sociais.

Objetivos Específicos:

- (a) estudar os aspectos centrais da função da hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito;
- (b) investigar a implementação da hermenêutica de nível constitucional na concretização de direitos fundamentais sociais no âmbito da jurisdição trabalhista.

Conteúdo:

- 1 – Papel da hermenêutica constitucional no Estado de Direito
- 2 – Hermenêutica constitucional e concretização em Juízo dos direitos fundamentais sociais

Estrutura:

Carga horária 2h/a – Ponto 1

Professor Doutor Luís Roberto Barroso – Titular de Direito Constitucional da UERJ

Metodologia: aula expositiva e estudo de caso

Carga horária 2h/a – Ponto 2

Desembargador José Roberto Freire Pimenta – TRT da 3ª Região e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Metodologia: aula expositiva e estudo de caso

Bibliografia Referencial:

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: BARROSO, Luís Roberto (org.). **A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 1-48.

_____. **Interpretação e aplicação da Constituição – fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

_____. Razoabilidade e isonomia no direito brasileiro. In: VIANA, Márcio Túlio & RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coordenadores). **Discriminação**. São Paulo: LTr, 2.000, p. 28-35.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história: nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: BARROSO, Luís Roberto (organizador). **A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 327-405.

- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000.
- _____. **Dizer a norma nas questões de trabalho**. Revista ANAMATRA, São Paulo, v. 20, p. 08-13.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Introdução ao direito processual constitucional**. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- MARTINS NETO, João dos Passos. **Direitos fundamentais: conceito, função e tipos**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

02.05. MORFOLOGIA DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Carga Horária: 3 h/a

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos gerais das novas formas de trabalho e de produção na sociedade atual que qualificam as relações materiais definidoras do conflito capital-trabalho objeto da competência trabalhista.

Objetivos Específicos:

- (a) estudar as novas formas de realização do trabalho humano na sociedade contemporânea;
- (b) identificar os processos de reestruturação produtiva da modernidade à pós-modernidade;
- (c) delinear as políticas de trabalho no contexto da economia globalizada.

Conteúdo:

- 1 – Novas morfologias do trabalho
- 2 – Processos de reestruturação produtiva: do fordismo ao pós-toyotismo
- 3 – Políticas do trabalho na era da globalização

Estrutura:

Carga horária 3h/a – Pontos 1 a 3

Mesa-redonda: As morfologias atuais do trabalho e da produção e as políticas do trabalho

Coordenador: Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Participantes:

Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes - UNICAMP

Professor Doutor Marcio Pochmann – Presidente do IPEA

Metodologia: mesa-redonda com exposição individual (30 min para cada participante) e debates

Bibliografia Referencial:

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. São Paulo: Práxis, 2007.

_____. **Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. São Paulo: Práxis, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Campinas: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Boitempo/UNICAMP, 2002.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Reestruturação produtiva**. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. **Relações de trabalho e padrões da organização sindical no Brasil**. São Paulo: Ltr, 2003.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

02.06. LABORATÓRIO JUDICIAL

Carga Horária: 16 h/a

Objetivo Geral:

Identificar, analisar e exercitar a prática de enfrentamento de questões problemáticas da instrução, gestão e decisão processual na atuação em Varas do Trabalho na perspectiva da efetividade da jurisdição, com ênfase nos princípios peculiares, notadamente os da celeridade, simplificação processual e instrumentalidade das formas.

Objetivos Específicos:

- (a) exercitar o enfrentamento de questões instrutórias problemáticas na prática do Juiz do Trabalho;
- (b) estudar e exercitar a solução de questões de gerenciamento processual na dinâmica da jurisdição de primeiro grau;
- (c) identificar e solucionar problemas práticos na decisão de incidentes processuais no âmbito da Vara do Trabalho.

Conteúdo:

- 1 – Oficina de Instrução Processual
- 2 – Oficina de Gestão Processual
- 3 – Oficina de Decisão Processual

Estrutura:

Carga horária 6h/a – Oficina de Instrução Processual (Ponto 1)

Juiz do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC

Juíza do Trabalho Adriana Goulart de Sena – 35ª VT de Belo Horizonte/MG

Metodologia: aula expositiva, dinâmicas de grupo, estudo de caso e simulação

Carga horária 4h/a – Oficina de Gestão Processual (Ponto 2)

Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS

Metodologia: aula expositiva, dinâmicas de grupo, estudo de caso e simulação

Carga horária 6h/a – Oficina de Decisão Processual (Ponto 3)

Juiz do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC

Juíza do Trabalho Graça Maria Borges de Freitas – VT de Formiga/MG

Metodologia: aula expositiva, dinâmicas de grupo, estudo de caso e simulação

Suporte material:

Adaptação de ambiente para simulação de audiências na forma de anfiteatro, dotado de computador e microfones com e sem fio.

Bibliografia referencial:

Apostila de apoio da disciplina.

03. BLOCO DE ESTÁGIOS E DE ESTUDO

03.01. ATIVIDADES DE ESTÁGIO _____ 14 h/a

03.02. ATIVIDADES DE ESTUDO _____ 10 h/a

TOTAL: 24 h/a

03.01. ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Carga horária: 14 h/a

Objetivo Geral:

Propiciar o conhecimento básico da estrutura e do funcionamento dos Tribunais Superiores e de outros órgãos dos demais Poderes da República, sediados em Brasília, e de entidades da sociedade civil com atividades relacionadas ao exercício da Magistratura do Trabalho.

Atividades supervisionadas nas seguintes Sessões:

01. Sessão do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal – 04 horas/aula;
02. Sessão do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho – 02 horas/aula;
03. Sessão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho - 02 horas/aula;
04. Sessão de Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho – 02 horas/aula; e
05. Sessão das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho – 04 horas/aula.

Não disponíveis Sessões no atual Curso (sujeitas a confirmação, caso designadas):

01. Conselho Superior da Justiça do Trabalho – 02 horas/aula; e
02. Sessão de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – 02 horas/aula.

Coordenação:

Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

03.02. ATIVIDADES DE ESTUDO

Carga horária: 10 h/a

Objetivo Geral:

Propiciar o aprofundamento do estudo dos temas relacionados à formação profissional do Magistrado do Trabalho, mediante leitura e reflexão, e a elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação, em horários e locais determinados, como componente curricular de sua grade horária.

CERIMÔNIA DE FORMATURA

Carga Horária: 2 h/a

Programação:

Encerramento Oficial do 8º Curso de Formação Inicial

Entrega dos Certificados aos Alunos-Juízes

Coordenação:

ENAMAT